

## EIXO TEMÁTICO 1: DOCUMENTAÇÃO

**INTERPRETAÇÕES DA HISTÓRIA DO LUGAR: GOIÂNIA, CASA ERUDITA E CASA ORDINÁRIA<sup>1</sup>****OLIVEIRA, SIMONE BORGES CAMARGO DE**

Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em História da UFG, simoneborgesarquiteta@gmail.com

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas das questões levantadas pela pesquisa da minha tese de doutorado, realizada no PPGH-UFG, apresentadas no exame de qualificação. Tem como objeto a leitura de indícios sobre a cidade de Goiânia, projetada nos moldes conceituais de cidade moderna para ser a capital do estado de Goiás, em 1933, e se fundamenta na hipótese da cidade como lugar de segregação social e espacial urbana, desde a sua fundação, mediante estudo do objeto casa, do “morar ordinário” do “homem comum” e do morar erudito “qualificado”. A escrita narrativa percorre o processo de desconstrução da historiografia oficial goianiense, para reconstruir diferentes perspectivas, interpretações dos fragmentos, das imagens do passado e à luz do presente, investigando identidades e valores sociais construídos historicamente, em diversos campos e temporalidades. Este artigo aborda, brevemente, os modelos iniciais de casas, destinadas aos funcionários do Governo de Goiás, que adquirem a terminologia peculiar “Casas-Tipo”; explana sobre as manifestações das linguagens estéticas arquitetônicas, que representam o morar erudito e as casas dos operários, que coexistem no tempo e no espaço da construção de Goiânia. Um lugar que pode demonstrar as relações simbólicas e culturais como lugar de embate, de apagamento da memória cultural patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: cidade moderna; casa erudita; casa ordinária; usos da memória; Goiânia.

*INTERPRETATIONS OF THE HISTORY OF THE PLACE: GOIÂNIA, ERUDITE HOUSE AND ORDINARY HOUSE*

## ABSTRACT

*This paper's purpose is to present the discussion raised by my doctoral research presented at the qualifying exam on PPGH-UFG. The main goal is to talk about the city of Goiânia - projected to be the capital of the State of Goiás in 1933 - which was projected as a place of urban, social and spatial segregation since its foundation. This goal will be accomplished by the study of the house as object, as well as the “ordinary dwelling”, the “common man” and of the “qualified” erudite dwelling. The narrative goes through a process of deconstruction of the official historiography of Goiás to re-construct different perspectives and interpretations, investigate identities, to read images of the past in the light of the present, investigate historically constructed social identities and values in different fields and temporalities. This article briefly discusses the initial models of the residential houses destined for employees of the Government of Goiás - the “Casas-Tipo”; clarify about the architectural aesthetic languages manifestations which represent the erudite living and the workers’ houses, and coexist in time and in the space of the construction of Goiânia. A place that can demonstrate symbolic and cultural relations as a place of clash, of erasure of the cultural heritage memory.*

KEYWORDS: modern city; erudite house; ordinary house; uses of memory; Goiânia.

## INTRODUÇÃO

A cidade é, em si, um lugar de experiência. Dentro dela tudo se esconde e se revela, é território de disputa de fronteiras visíveis e invisíveis. Muito além do dualismo simplista, a cidade na história e a história da cidade tem, em potência, no seu tempo presente, vários passados e a possibilidade de vários futuros. As “experiências” dos habitantes na cidade abrem inúmeras e significativas experiências, caminhos de pesquisa, de escuta. Além do mais, “a cidade como um território de dobras” no espaço-tempo é lugar de subjetividade (subjetivação), complexidade, instabilidade, tensão e incerteza – pontos e superfícies entrelaçadas que se cruzam e voltam a se cruzar, em vórtice. Segundo o conceito de Gilles Deleuze,<sup>2</sup> “em cada dobra há infinitas outras dobras: está sempre em movimento, se desdobrando, não se segregando” (DELEUZE, 2012, p. 18).

A tese proposta ao PPGH-UFG tem como objeto de reflexão a “casa”, a “morada”, o “habitar” – morar ordinário do homem comum – e morar erudito “qualificado” na cidade de Goiânia. O município de Goiânia está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, dentro da mesorregião do estado de Goiás. O recorte temporal está localizado entre as décadas de 1930 e 1950, bem como em alguns estudos de caso até o tempo presente, 2021. O tema é desenvolvido pelo prisma dos conceitos de moderno e modernidade, investiga os discursos regionais e nacionais para a mudança da “antiga capital” e a construção da “nova capital” de Goiás – nos moldes da urbanística e arquitetura modernas, as várias relações existentes e relacionadas ao processo desenvolvimentista da construção da identidade nacional, o golpe de estado de 1930, a produção e o financiamento de moradias populares na Era Vargas (1930-1945) até a construção de Brasília, em 1960.

Na “origem” da implementação do projeto urbanístico do arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima (1933-1935) para a cidade de Goiânia, se configuraram diferenciações de ordens social e habitacional que apontam para a segregação espacial urbana. Por esse viés, a cidade, desde seu plano diretivo, se ergue também dessa luta contra a precariedade, dividida por desigualdades que perduram até nossos dias. Os discursos da historiografia de Goiânia trazem à tona pontos coincidentes e/ou dissonantes de ideias e disputas pelo lugar (sua posse e permanência), identificadores ou criadores de identidades locais, identidades produzidas, forjadas em origens diversas. Ademais, apontam para uma multiplicidade de identidades possíveis no mesmo lugar, ou não lugares. Nesse sentido, o morar erudito e o morar ordinário são um encaminhamento ou um recorte em que as moradias constituem dentro de um mesmo território, diferentes realidades e identidades, dos homens do lugar, da cidade moderna planejada de Goiânia, como lugar de segregação desde sua fundação.

Ao considerar que a pesquisa está em andamento, este artigo aborda, brevemente, os modelos iniciais de casas residenciais, destinadas aos funcionários do Governo de Goiás, que adquirem a terminologia peculiar “Casas-Tipo”; explana sobre algumas das manifestações das linguagens estéticas arquitetônicas, que representam o morar erudito “qualificado” e apresenta pequenas considerações sobre as casas dos operários, expressão do “morar ordinário” do “homem comum”, que coexistem no tempo e no espaço da construção de Goiânia. Um lugar que pode demonstrar as relações simbólicas e culturais como lugar de embate, de apagamento da memória cultural patrimonial.

## NARRATIVA DA HISTÓRIA REGIONAL

A historiografia goiana e a trajetória do fazer historiográfico se constituem por sua diversidade e multiplicidade de contornos, no que tange ao processo de espacialização, territorialização, fluxos econômicos, políticos, demográficos, culturais etc. Por um lado, a historiografia de Goiás estabelece fronteiras, disputas e consensos que delimitam, mas, por outro, se colocam como lugar de possibilidade de “seu ultrapassamento”, no que tange ao “caráter” periférico e subalterno, vínculo estabelecido pelas elites estaduais, mas também evidente na escrita historiográfica (ARRAIS; SANDES, 2018, p. 12-15). Sobretudo, são atribuídos outros contextos de significação que recriam o passado à luz do presente, agora não mais pelo viés fixo da “tradição decadentista”, marcada pelo fim da mineração, ou pela resistência que aguarda a chegada do moderno, ou, ademais, pela representação da ascensão e redenção rumo ao progresso na década de 1930, com a construção da nova capital, Goiânia, dotada pelo viés da nova “identidade moderna para Goiás”.

A narrativa histórica regional trilhou, por muito tempo, o caminho relacionado ao ciclo do ouro e de sua decadência – consolidado pela visão eurocêntrica dos viajantes europeus que por aqui passaram no século XIX – e a escrita dos historiadores das primeiras décadas do século XX – que preconizam a espera de um novo ciclo de progresso para o estado de Goiás. A crise política e o golpe de 1930, atrelado às disputas oligárquicas, aos discursos de progresso preconizados na Era Vargas, assim como a propaganda da Marcha para o Oeste, constroem os ideais mudancistas, reforçam a imagem da decadência do atraso da cidade de Goiás, o velho, e o progresso, a modernidade, com a mudança e a construção da nova capital.

O historiador Itami Campos analisa, em um dos seus textos, *Mudança da Capital: uma estratégia de poder* (1980, p. 29-30), a argumentação do interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira que, logo ao chegar ao Executivo estadual, utiliza seu saber médico como ferramenta de poder. Nesse sentido, observa que o interventor examina Goiás como um doente em toda a sua composição, no que diz respeito ao trabalhador rural e às suas condições de vida miseráveis; ao saneamento urbano e rural; no que se refere à educação e às profissões; à economia; à justiça e ao Poder Público. Além disso, postula de tal maneira a situação decadente da Cidade de Goiás que não se justifica mantê-la como capital do estado de Goiás. Toda essa argumentação sustenta a estratégia do interventor, que se fundamenta na problemática da saúde pública como justificativa para a transferência da capital de Goiás e reforça o mito do poder médico e da cura.

A ideia de “progresso – o manto que cobria a Velha Goiás”, seria um dos alicerces para a nova capital, a “mola mestra da ideologia”, “coroamento” dos ideais expansionistas do governo Vargas, por meio da Marcha para o Oeste. Nesse sentido, o autor observa que a criação de Goiânia é vista como uma grande conquista da era Vargas, pois a cidade “seria a própria antítese de Goiás”; é um significativo reflexo da política varguista e de seus apoiadores, uma vez que, aliando a ideologia do progresso ao nacionalismo, caminha para a centralização do poder no país. A cidade de Goiânia passa a ser observada de maneira utópica, própria do contexto nacional que acabara de vivenciar a “Revolução de 1930”. Assim, tem-se a visão de que essa transformação trará uma nova vida e um novo tempo (CHAUL, 1999, p. 83-85).

Segundo Chaul, no livro *A construção de Goiânia e a transferência da capital* (1999), a historiografia oficial praticamente limita sua referência aos construtores da capital goiana como sendo os seguintes: Pedro Ludovico Teixeira, idealizador e fundador de Goiânia; Attilio Correia Lima e Armando Augusto de Godoy, que elaboraram o projeto arquitetônico da cidade; os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, os construtores da cidade. Na verdade, os construtores de Goiânia foram mais de quatro mil anônimos que, vindos do interior do estado, de Minas, de São Paulo e do Nordeste, alojados em ranchos de capim e em casinhas de madeira, recebendo “vales” no fim do mês, trabalharam duramente e construíram uma cidade que passou a ser símbolo do dinamismo de um Estado que até então se duvidava existir.

Na visão de Chaul (1999), a cidade de Goiânia teve sua construção baseada na exploração da penúria do operário, que era a forma de se obter mais lucro com a construção, além de fazer com que esse trabalho se tornasse para ele uma prisão, que não teria outra opção de renda devido à miséria. Nesse contexto, a Superintendência de Obras recebeu aproximadamente quatro mil trabalhadores, número que varia de acordo com a oferta financeira do estado. Além disso, o autor ressalta que essa situação de exploração levou à realização de algumas greves e agitações entre os anos de 1935 e 1936 (CHAUL, 1999, p. 113).

## **A cidade**

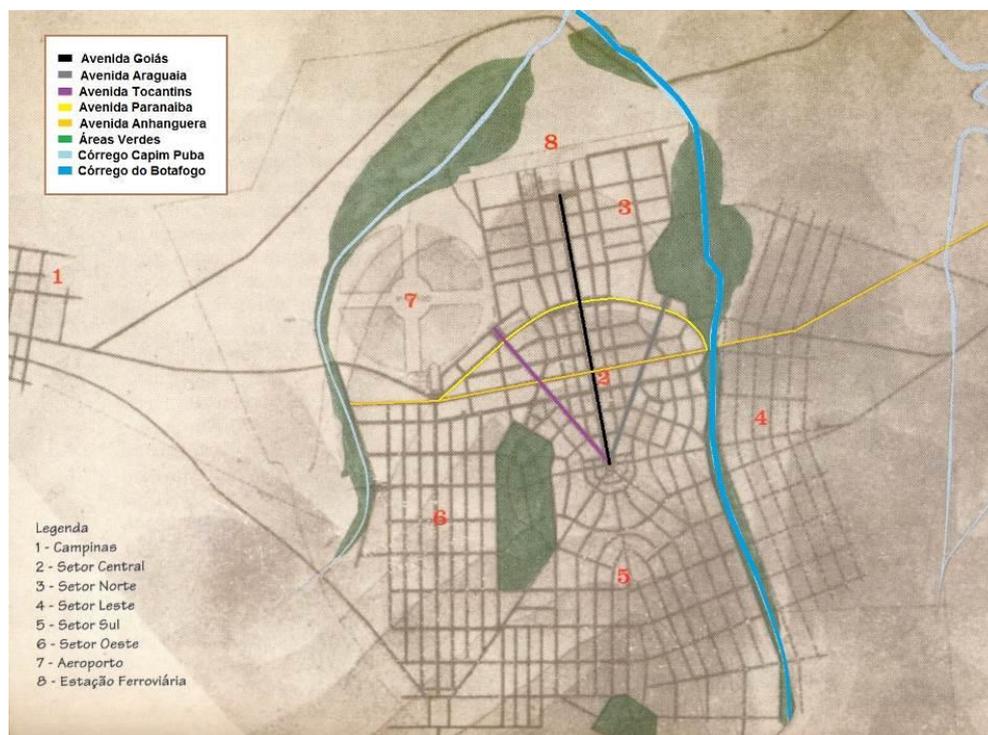
A cidade de Goiânia teve, entre 1933 e 1938, três planos urbanísticos. O primeiro plano, de 1933-1935, foi do arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima; o segundo, de 1936, do engenheiro Armando Augusto de Godoy; por fim, o terceiro, instituído pelo Decreto-Lei n. 90-A, de 1938, foi realizado pela empresa Coimbra Bueno.

Para a realização do plano urbanístico da nova capital, o interventor Pedro Ludovico Teixeira, primeiramente, convida Alfred Agache, no entanto, Agache não concretiza o plano da nova capital de Goiás. Nesse sentido, em 1932, o interventor convida o arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima para realizar a concepção do projeto da cidade e, em 1933, Attilio é contratado. As diretrizes norteadoras da proposição para Goiânia refletem a formação técnica ligada ao urbanismo moderno racional. O traçado utiliza o princípio de zoneamento (*zoning*), com grandes vias de circulação, e prevê parques lineares e áreas verdes como reservas ambientais (OLIVEIRA, 2016, p. 43).

O primeiro plano urbano, de 1933-1935 (Figura 1), é dividido por cinco setores principais, parques lineares e áreas verdes, como reservas ambientais (Bosque dos Buritis, jardins nas avenidas principais e ruas), Aeródromo (7), Estação Ferroviária (8) e menção a Campinas (1). O zoneamento define as atividades e funções de todos os setores e subsetores. O Setor Central (2) apresenta traçado radiocêntrico, de onde irradiam as Avenidas Goiás (antiga Avenida Pedro Ludovico), Tocantins e Araguaia. O setor é destinado ao Centro Cívico, às atividades administrativas, comerciais, de serviços e residenciais para funcionários do governo e população das “classes A e B”.<sup>3</sup>

Para quem se destina à cidade moderna, hierarquizada e higienizada, é o primeiro setor a receber infraestrutura urbana. Como parte do traçado do Setor Central (2), a Avenida Anhanguera, local de comércio, é o principal eixo de comunicação, que corta a cidade de leste a oeste.

Figura 1: Plano Diretor de Goiânia, autoria de Attilio Corrêa Lima, 1933-1935



Fonte: Attilio Corrêa Lima, s/p., 1937, apud DAHER, 2003, p. 134.  
Representação esquemática da imagem: Simone B. C. de Oliveira, em 2020.

O Setor Norte (3), de traçado mais regular, abriga a Zona Industrial, as “moradias operárias”, modelo (casa popular) para a “população de classe C”, que possuem parcelas fundiárias menores em relação ao Setor Central (2). Na zona localizada na legenda da figura 1 está área destinada à Estação Ferroviária (8). O Setor Norte (3) fica contíguo a Avenida Paranaíba (que separa o Setor Norte do Setor Central), destinado a um zoneamento misto de serviços – comércio e residências –, via de distribuição e circulação, um divisor de atividades, mas também um “marco urbano” de segregação social. Durante muito tempo, o Setor Norte foi conhecido como Bairro Popular e, depois, foi incorporado ao Núcleo Pioneiro Central da cidade.

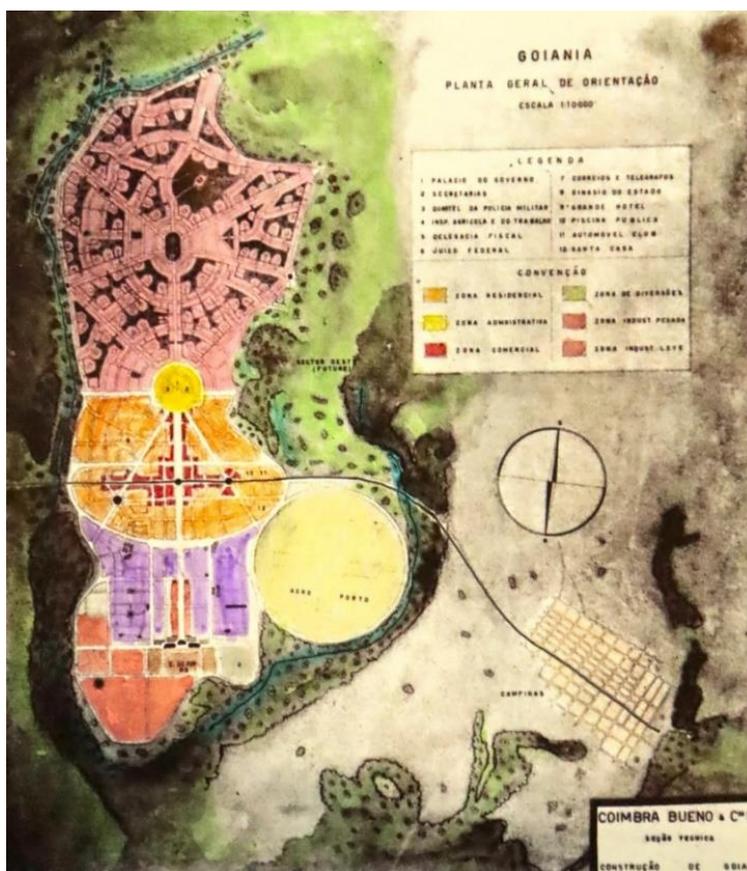
O Setor Sul (5), fica na parte mais alta do sítio, que declina até o Córrego Botafogo. Possui um traçado regular destinado a habitações. A Zona Leste é delimitada pelas margens do Córrego do Botafogo e a Zona Oeste (6), pelo Bosque dos Buritis e Córrego Capim Puba, área reservada para habitação. É no Setor Leste (4) que as primeiras casas de Goiânia são construídas, às margens do Córrego Botafogo. São casas comuns “ordinárias”,

edificadas pelos trabalhadores imigrantes de todas as partes do País, que chegam em busca de novas oportunidades de vida.

À margem do plano moderno, a partir de 1933-1934, ergue-se a cidade informal. Ranchos, barracões e casebres são construídos com técnicas vernaculares (populares), do período colonial brasileiro, de taipa e de tijolos de adobe, cobertas com palha de buriti, capim e telhas de barro. O lugar não possui a mínima infraestrutura urbana e a locação das habitações é feita ao longo das margens do Córrego Botafogo, de forma gregária e aleatória.

Em novembro de 1934, o Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico, aprovou a proposta da empresa Coimbra Bueno & Pena Chaves Ltda. Para assumir a direção geral das obras. O objeto do contrato era o mesmo estabelecido no segundo contrato com a firma P. Antunes Ribeiro & Cia., de Corrêa Lima. Os Coimbra Bueno tiveram interesse em afastar Atílio Corrêa Lima da execução das obras, uma vez que eles planejavam tomá-la para a sua gerência com fins políticos e financeiros. (DINIZ, 2007, p. 184).

Figura 2: Plano de Goiânia, autoria de Armando Augusto de Godoy, 1936



Fonte: FGV/CPDOC, 492 – Arquivo: Gustavo Capanema.  
Representação esquemática da imagem: Simone B. C. de Oliveira, em 2020.

Logo em 1935, o Interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira “rompe” o contrato com Atílio e os irmãos Coimbra Bueno convidam, em 1936, o engenheiro Armando Augusto de Godoy para reformular o plano da cidade (Figura 2). Nesse sentido, o discurso oficial era “vender” a nova capital, Goiânia, como cidade moderna, lugar

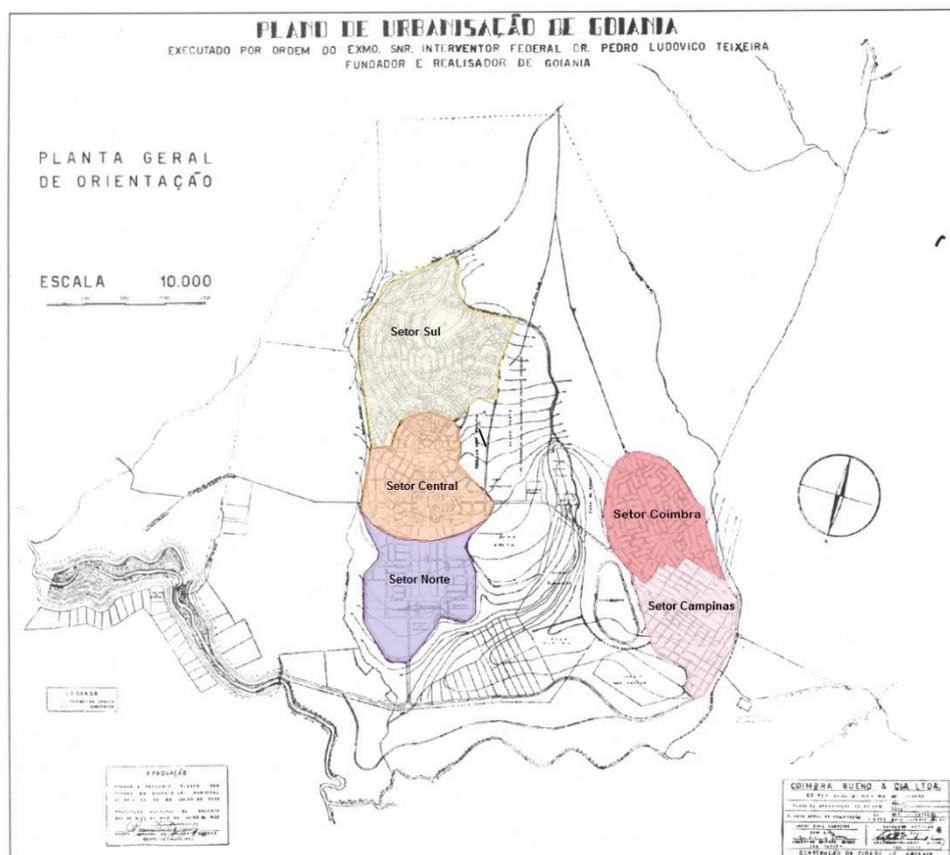
atrativo, “bom” para se viver, lugar de constituir família e ter progresso de vida, uma grande oportunidade. Várias propagandas são realizadas nos jornais de São Paulo, difundindo essa estratégia.

Segundo Daher (2003, p. 164), Godoy desenha o novo projeto circundando o espaço urbano por um cinturão verde – vale ressaltar que essa proposta foi feita anteriormente por Attilio, mas com outros objetivos. Modifica completamente o Setor Sul, cria a Praça do Cruzeiro, como um segundo centro da cidade, de onde se irradiam quatro avenidas. O plano concebido foi orientado pelo conceito de cidade-jardim. Conserva o traçado do Setor Norte e do Setor Central, modifica e acrescenta alguns usos e funções do plano de Attilio.

O terceiro plano de urbanização de Goiânia (Figura 3), Decreto-Lei 90-A, de 1938, foi realizado pelos irmãos engenheiros Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno, proprietários da empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda. Sua característica geral conserva a divisão setorial e o plano radial proposto por Attilio; incorpora o projeto modificado do Setor Sul de Godoy, acrescenta o Setor Coimbra como expansão de Campinas e muda os usos das quadras em alguns setores.

Altera o traçado das Zonas Comercial e de Diversão da região central da nova capital. Com a redução dessas zonas, consequentemente foram acrescidos 535 lotes residenciais. [...] eliminadas as áreas do Parque Paineira, reduzidas as extensões do Bosque dos Buritis, onde áreas públicas foram loteadas. (DINIZ, 2007, p. 199).

Figura 3: Plano de urbanização de Goiânia, Decreto 90-A, de 1938. Setor Sul modificado e Setor Coimbra como expansão de Campinas



Fonte: Alvares, s/p., 1942, apud Daher p. 200, 2003.  
Representação esquemática da imagem: Simone B. C. de Oliveira, em 2021.

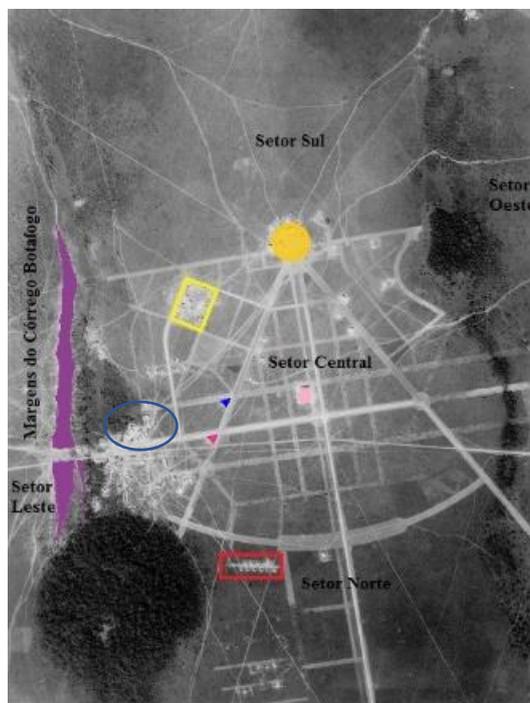
Segundo Daher (2003, p. 259-261), os planos diretores de Attilio, Godoy e dos Irmãos Coimbra Bueno, bem como a forma de planejamento político-administrativo, foram responsáveis pelo tipo de ocupação da cidade. As classes A e B no Setor Central, Sul e Oeste, a classe C, nas proximidades da Zona Industrial, e a classe D, às margens do Córrego Botafogo e Capim Puba, local que não aparece como ocupação em nenhum dos projetos.

### As “primeiras” edificações – eruditas e ordinárias

Os primeiros edifícios de arquitetura erudita, construídos na cidade pela firma Coimbra Bueno & Cia, são destinados a abrigar repartições da administração pública, estabelecimentos comerciais e casas para funcionários mais graduados, e operários. As primeiras passaram à historiografia goiana com a alcunha “Casas-Tipo”. Segundo Monteiro (1938), no Quadro 1, são diversas as “Casas Tipo” que servem como “exemplo”, padrão, de como edificar na cidade moderna de Goiânia. As casas com maiores dimensões, melhores acabamentos e de diferentes repertórios estilísticos, são oficialmente denominadas como “Tipo Especiais”. Todavia, não foram encontradas pela pesquisa, até o momento atual, casas similares as “Tipo Especiais” – cada uma delas é um exemplar único. As “casas operárias” também seguem padronizações, mas de baixo custo e menor área construída (Figura 4).

Os edifícios públicos e comerciais, são localizados no Setor Central, como o Palácio do Governo, na Praça Cívica (Figura 5); Grande Hotel, na Avenida Goiás (Figura 6); Prefeitura de Goiânia, na Avenida Anhanguera, esquina com a Avenida Araguaia (Figura 9); Correios e Telégrafos, na Rua 03, esquina com a Avenida Araguaia (Figura 9), seguem a corrente estética do *art déco*, utilizada em quase todo o território brasileiro entre 1930 e 1940.

Figura 4: Vista aérea do traçado urbano de Goiânia, década de 1930



Fonte: Acervo MIS|GO – 02747-036.  
Representação esquemática da imagem: Simone B. C. de Oliveira.  
Foto: Autor Desconhecido.

Figura 5: Praça Cívica, Palácio do Governo, 1937.



Fonte: Acervo da Biblioteca da Secretaria de Planejamento, Prefeitura de Goiânia.

Figura 6: Grande Hotel, 1939.



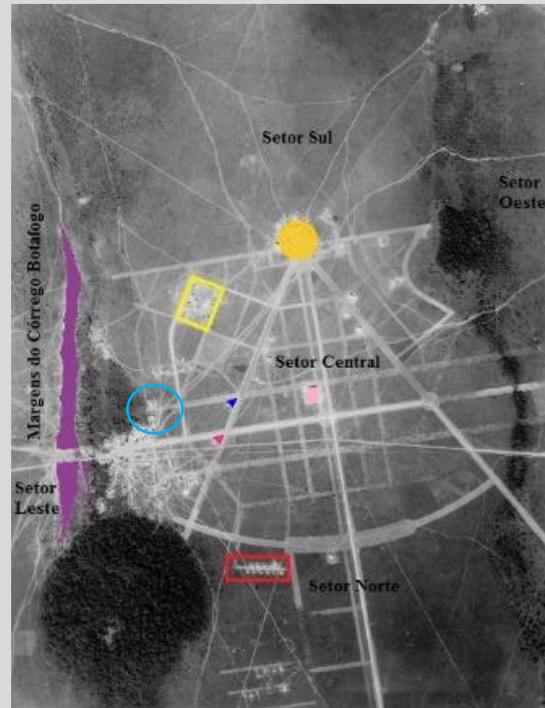
Fonte: Acervo da Biblioteca da Secretaria de Planejamento, Prefeitura de Goiânia.

Figura 7: Vista Aérea do Primeiro Grupo de Casas para Funcionários: "Tipo Especiais", Rua 20, década de 1930.



Fonte: Acervo MIS | GO.

Figura 8: Vista Aérea do Traçado Urbano de Goiânia, década de 1930. Foto: Autor Desconhecido.



Fonte: Acervo MIS|GO – 02747-036.  
Representação esquemática da imagem: Simone B.C. de Oliveira.

Figura 9: Em primeiro plano, sede da Prefeitura, (Av. Anhanguera, esq. Av. Araguaia). Ao fundo, Edifício Agência dos Correios e Telégrafos (Rua 3, esq. com Av. Araguaia).



Foto: Eduardo Bilemjian. Fonte: Acervo MUZA|GO.

Figura 10: Casas e casebres nas Margens do Córrego Botafogo, década de 1930.



Foto: Alois Feichtenberger.  
Fonte: Acervo MIS | GO. AF1705 (2).

Figura 11: Casas Tipo Populares, Rua 71, Bairro Popular, Setor Norte, década de 1930.



Fonte: Acervo Biblioteca da Secretaria de Planejamento, Prefeitura de Goiânia.

Figura 12: Casas de madeira. Em último plano, casa sede provisória da Prefeitura, década de 1930.



Foto: Autor desconhecido.  
Fonte: Acervo MIS|GO – MIS00967.



As casas para funcionários, “Tipo Especiais” (Casas-tipo)<sup>4</sup> se localizam na quadra da Rua 20 no Setor Central, (Figura 7). Essas, assim como as “Casas-Tipo” de quatro e cinco quartos, (ver Quadro 1), localizadas em outras quadras do Setor Central, são destinadas aos grupos sociais mais abastados, que Daher (2003, p. 260) classifica como as classes A e B. Algumas dessas residências são projetadas de acordo com imagem e narrativas das casas que circulavam nas revistas da época, como no final da Revista Acrópole, denominadas nessa pesquisa como “casas eruditas”. A maioria em linguagem arquitetônica eclética,<sup>5</sup> como: o neocolonial, o normando, as missões e o *bungalow*, mas também casas com elementos estéticos do *art déco*. Era uma maneira de “ensinar” o usuário a se adaptar aos novos modos do morar moderno, principalmente no que se refere às práticas relacionadas à saúde, que transformam a concepção espacial e funcional da casa.

Alguns modelos de casas para operário – “casas operárias” (Figura 11) são construídas, na Zona Norte, perto da Avenida Paranaíba, na Rua 71, no Bairro Popular, Setor Norte. Possuem um ou dois dormitórios, sala, banheiro cozinha e varanda, recuos frontais e laterais, conforme o primeiro código de Goiânia.

Enquanto as edificações definitivas destinadas às sedes de governo e funcionários mais “ilustres” estavam em construção, para os funcionários mais graduados são construídas às pressas, nas margens do Córrego Botafogo, em Goiânia 1933/1936, seis casas de madeira (Figura 12), para abrigar a sede provisória da Prefeitura de Goiânia, a Secretaria Geral, o escritório dos Coimbra Bueno e os alojamentos provisórios, para funcionários mais graduados, como o arquiteto Atílio Corrêa Lima. Para os funcionários menos graduados são construídos alguns poucos alojamentos conjuntos.

No que se refere as “casas ordinárias”, o termo utilizado na pesquisa nomeia as moradias do homem comum, edificadas no território goianiense, “[...] os primeiros habitantes de fato fizeram suas casas de pau-a-pique e palha às margens do córrego Botafogo, fonte de água potável. [...]. Nesse primeiro momento de ocupação, havia [...] uma identificação da paisagem aí observada com o mundo rural.” (LIMA FILHO; MACHADO, 2007, 249-250).

Figura 13: Vista Panorâmica, margem do Córrego do Botafogo, em Goiânia-GO



Fonte: Acervo MIS | GO. MPL340.

Foto: Autor Desconhecido.

[...] situado às nascentes do córrego Botafogo, em cujas margens foram surgindo, aqui e ali, as primeiras habitações dos operários, casinhas de tábuas, ranchos cobertos de sapé. “A preocupação máxima, na ocasião, foi de conseguir alojamentos ao operariado: ranchos de capim, casinhas de madeira, barracões de depositas, e tudo o mais foi improvisado, com a incentivação das obras. (ALVARES, 1942, 70-97).

Para Certeau o “homem ordinário” é o protagonista e narrador de sua própria cena - seu lugar e discurso; este conceito retira “o homem ordinário” da posição como objeto de discurso. Cada lugar tem em seu solo, muitas presenças e memórias, algumas foram conhecidas, outras permanecem como resíduos, sinais a serem revelados. Nesse sentido, Certeau, nos mostra que a vida cotidiana, ordinária, comum, oferece indícios de experiências verossímeis. Ao apresentar o ensaio dedicado “[...] ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante Inumerável [...].” (CERTEAU, 1998, p. 57).

Esse “homem ordinário” protagonista, se constitui como a grande parte da população migrante operária que constrói casas comuns, “casas ordinárias”, a partir de técnicas e saberes populares, vernaculares. Ranchos de palha, casas de taipa, adobe e tábuas, cobertas de palha e/ou telha cerâmica, construídas na década de 1930, às margens do Córrego Botafogo (Figura 10), pelos primeiros habitantes da cidade de Goiânia. Nesse sentido, a pesquisa considera que são as primeiras casas a serem erguidas na capital de Goiás.

E através da análise dos indícios dessas casas ordinárias (Figura 13), de sua materialidade, procuro “novas”, diferentes equivalências e permanências do homem comum ordinário, que passam despercebidas, brechas existentes nas fontes documentais imagéticas, escritas, e orais, capazes de abrir caminhos para a narrativa sobre as práticas comuns da cultura ordinária cotidiana goianiense. As imagens apresentam o lugar de morada do homem ordinário – protagonista de sua vida e das práticas comuns decorrentes, para que sua expressão – seus, corpos, suas moradas, não sejam apagadas. No meio das casas, de ruas ordinárias, existe a cidade informal e a vida cotidiana ordinária, que não se deixa apagar.

Importante notar que todas essas construções citadas, sejam as edificações eruditas, ou as “casas ordinárias” estão sendo edificadas ao mesmo tempo, em diferentes localidades da cidade, e em situações, formas, materiais e tipos de edificações distintos, que localizam o grupo social a que pertencem dentro do território, na cidade formal e informal; território de disputa de fronteiras visíveis e invisíveis (Figura 8). As relações simbólicas e culturais estabelecem lugares de disputa nas narrativas pela memória cultural patrimonial de Goiânia. As diversas fontes documentais oficiais, no campo de disputa, privilegiam os lugares dos grupos sociais mais abastados e as edificações eruditas, e deixa pequenos rastros da vida comum cotidiana do homem ordinário, quase um apagamento.

### **Afinal, o que são as “casas-tipo”?**

A narrativa da historiografia da arquitetura da cidade de Goiânia refere-se às primeiras residências “eruditas” edificadas na cidade, com a expressão ou termo “casas-tipo”. O que seriam as “casas-tipo”? De onde vem essa terminologia? “Casas-tipo” é uma tipologia arquitetônica?

Através das lições aprendidas na historiografia da arquitetura, enveredei-me em minhas incursões de pesquisa, em busca de “um conjunto de características”, “tipos” e “modelos” para agrupar conjuntos de casas semelhantes, que pudessem “falar” – representar a história da casa na cidade de Goiânia. Como pressuposto teórico, princípio a pesquisa pelos conceitos arquitetônicos de “tipo”<sup>6</sup> e “modelo”<sup>7</sup> em *Quatremère de Quincy* e Júlio Carlo Argan. Segundo Pereira (2010, p. 68) “O tipo arquitetônico é o princípio que regula as modificações e a chave para a legibilidade do público, pois é por ele que se imprime o “caráter distintivo” aos edifícios.” Desse modo, a tipologia da casa é identificada pelo seu tipo, por suas características, programas, atributos formais e tipologias. Segundo Argan,

[...] é legítimo supor que as tipologias sejam produtos ao mesmo tempo do processo histórico da arquitetura e dos modos de pensar e de trabalhar de certos arquitetos. [...] Como surge um “tipo” arquitetônico? Os críticos que dão certa importância aos “tipos” são aqueles que explicam as formas arquitetônicas à luz de um simbolismo ou de um padrão ritual conectado a elas. [...].

A criação de um “tipo” depende da existência de uma série de construções que tenham entre si uma evidente analogia formal e funcional. Em outras palavras, um “tipo” é definido pela prática ou pela teoria da arquitetura, ele já existia na realidade como resposta a um complexo de demandas ideológicas, religiosas ou práticas ligadas, a uma determinada situação histórica em qualquer cultura. (ARGAN, 1978 apud NESBIT, 2008, p. 268-270).

Como pressuposto teórico para compreender as “Casas-tipo” eruditas, utilizo os conceitos “tipo” e “modelo” de Quatremère e Argan. O arqueólogo, crítico de arte Quatremère estabelece em 1825 as bases conceituais do tipo de cada edifício, impresso por sua forma, seu uso e características – traços que os distinguem. É importante para a análise sobre o “tipo”, o conceito de Argan; é o que utilizo para realizar minha narrativa em vários momentos, mas é importante pensar o conceito a luz do presente, mas também no tempo passado, no tempo que ele se aplica para a denominação das primeiras edificações eruditas de Goiânia. Nesse sentido, o conceito de “tipo” e “modelo” do Quatremère, está mais próximo da formação dos engenheiros arquitetos e urbanistas da época da construção da nova capital.

Nos livros e documentos escritos sobre a construção de Goiânia – especialmente em Monteiro (1938), Alvares (1942) e em algumas fontes documentais, há listagens que denominam os “tipos” de casas a serem construídas na década de 1930, como “Casas-Tipo”. O termo “tipo” traz diversas controvérsias na historiografia goiana e goianiense, ao considerar que no lugar do nome designativo, o termo “Casas-Tipo” passa a designar e classificar as casas a serem edificadas mediante modelos padronizados, como acontece com o padrão de lote, definido inicialmente por Attilio como “área mínima de 360 metros quadrados e uma testada nunca inferior a 12 metros” (MONTEIRO, 1938, p. 146), além do programa de especificação e descrição de materiais de construção, método construtivo etc.

As primeiras referências encontradas, pela pesquisa, sobre a edificação de casas para a nova capital não mencionam o termo “casas-tipo”, como demonstrado na entrevista concedida pelo interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira ao jornal Diário da Noite, em 1º de novembro de 1932, intitulada “O Estado de Goiaz construirá em 1933 a sua nova capital”: “Antes de tudo, é preciso notar que vamos iniciar uma obra modesta.” (MONTEIRO, 1938, p. 30).

A primeira referência às “casas-tipo” está no relatório do contrato de 15 de novembro de 1935, da Diretoria da Fazenda do Estado de Goiás. Logo no início do texto há menção ao termo:

Estando adiantados os serviços de construção do palácio, secretaria geral, e hotel, cuidou o governo de construir casas-tipo para funcionários. [...] assina o Snr. Atilio Corrêa Lima, socio da firma P. Antunes Ribeiro e Comp., para construção de dez casas-tipo, destinadas a residencia de funcionarios do Estado, na nova capital, em construção. (MONTEIRO, 1938, p. 130).

Quadro 1: Quadro-síntese: “casa tipo” para funcionários e operários

MODELO / TIPO	PROGRAMA ARQUITETÔNICO
“CASA TIPO 1”	<b>1 pavimento.</b>
	<b>Casas Funcionário 3Q</b> 3 dormitórios, 2 salas, 1 banheiro, copa, cozinha e varanda; com grandes áreas e varandas tomando toda a frente do edifício (MONTEIRO, 1938, p. 472).
“CASA TIPO 2”	<b>2 pavimentos.</b>
	<b>Casas Funcionário 4Q</b> 4 dormitórios, 2 salas, 2 banheiros, um para família e outro para empregados, copa, cozinha, varanda e terraço. Sede do Palácio Provisório (MONTEIRO, 1938, p. 472).
“CASA TIPO 8”	<b>2 pavimentos.</b>
	<b>Casas Funcionário 3Q</b> 3 dormitórios, 2 salas, 1 banheiro, cozinha, varanda e dispensa. Com uma grande garagem; 2 quartos, 1 sala, 1 banheiro para empregados, garagem em dois pavimentos e no mesmo estilo do edifício. Residência do Governador (MONTEIRO, 1938, p. 472).

(continua)

(continuação)

"CASA TIPO 10 "	<b>1 pavimento.</b>
	<b>Casas Funcionário 3Q</b> 3 dormitórios, 2 salas, 1 banheiro, copa, cozinha e varanda; com grandes áreas e varandas tomando toda a frente do edifício (MONTEIRO, 1938, p. 472).
"CASA TIPO 11 "	<b>2 pavimentos.</b>
	<b>Casas Funcionário 4Q</b> 4 dormitórios, 2 salas, 2 dois banheiros, um para família e outro para empregados, copa, cozinha, varanda e terraço (MONTEIRO, 1938, p. 472).
"CASA TIPO 12 "	<b>2 pavimentos.</b>
	<b>Casas Funcionário 5Q</b> 5 dormitórios, 2 salas, copa, cozinha, banheiro, uma garagem. Apartamento de empregados anexo, 1 quarto com guarda-roupa embutido e 1 banheiro. Escritório Central da Superintendência de Obras de Goiânia (MONTEIRO, 1938, p. 472-473).
"CASA TIPO 13 "	<b>1 pavimento.</b>
	<b>Casa Operária – 2Q</b> 2 dormitórios, 1 sala, 1 banheiro, cozinha e varanda (MONTEIRO, 1938, p. 472).
"CASA TIPO 14 "	<b>1 pavimento.</b>
	<b>Casa Operária – 2Q</b> 2 dormitórios, 1 sala, 1 banheiro, cozinha e varanda (MONTEIRO, 1938, p. 472).
"CASA TIPO 18 "	<b>1 pavimento.</b>
	<b>Casas Funcionário 4Q</b> 4 dormitórios, 2 salas, biblioteca, copa, cozinha, 1 banheiro, quarto de empregados, 1 banheiro de empregado e garagem num só bloco destacado com quarto de chofer anexo (MONTEIRO, 1938, p. 472-473).
"CASA TIPO 19 "	<b>1 pavimento.</b>
	<b>Casas Funcionário 2Q</b> 2 dormitórios, 2 salas, 2 dois banheiros, um para família e outro para empregados, cozinha e varanda (MONTEIRO, 1938, p. 472).

Fonte: Quadro-síntese formulado por Simone Borges Camargo de Oliveira, mediante a compilação das informações contidas no Livro *Como nasceu Goiânia*, de Ofélia Sócrates do Nascimento, de 1938.

A palavra 'tipo', designada no relatório do contrato de 15 de novembro de 1935, da Diretoria da Fazenda do Estado de Goiás, em Monteiro (1938) e Alvares (1942), refere-se a um modelo a ser seguido, e não a uma nova tipologia específica, criada para as edificações eruditas, a serem construídas na nova capital.

A questão decisiva se coloca quando examino as várias revistas em voga na época, como a *Acrópole* e *Casa*, as quais trazem modelos de residências a serem repetidas. Nela se inscrevem desenhos de como deve-se construir, de que maneira, um modelo a ser repetido, que o próprio relatório oficial traz.

Nesse contexto, ao considerar as fontes documentais estudadas, as palavras 'casas' e 'tipo', que formam a designação 'casas-tipo', é utilizada como termos do léxico em uso da língua portuguesa. Assim, na escrita dos documentos, utiliza-se o termo 'casas-tipos', como poderia ter sido utilizado o termo 'modelo' ou 'grupo de casas A, B, C, D', etc., ou 'casas 1, 2 ou 3', casas-padronizadas 1,2,3, etc. As fontes documentais pesquisadas até o momento, entre as décadas de 1930 e 2021, não apontam, até o atual contexto, para nenhum documento que se vale do termo casas-tipo, como designação de uma tipologia arquitetônica específica, criada na construção de Goiânia, mas sim para nomear modelos de casas distintas e que se diferenciam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa sobre o morar é “determinada”, em muitos casos, pelas diferenças socioeconômicas dos vários grupos sociais. O “lugar” e a localização das moradias no território da cidade de Goiânia (Figura 8) impactam as formas, os materiais, o programa arquitetônico, e os tipos de casas em sua materialidade. Segundo Moraes (2003, p.15), a organização do espaço urbano da capital propiciou a formação de duas cidades: a cidade dos planos urbanos, onde residem os grupos sociais de maior poder aquisitivo, e a cidade periférica, lugar de morada para as classes sociais menos favorecidas.

A cidade, como lugar de múltiplas imagens cotidianas e o “lugar social” do discurso das várias narrativas, norteia a pesquisa em busca do seu objeto: o habitar, o morar ordinário e o morar erudito:

[...] refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas. (CERTEAU, 1982, p. 65).

Os contornos delineados por estas leis silenciosas da operação historiográfica, estão imersos na modernidade. A modernidade “moderniza” a cultura e a sociedade, determinando as formas e os lugares de viver, produzindo, assim, outros significados particulares e individuais.

A linguagem “comum” da “vida cotidiana”, do “homem ordinário”, na modernidade, está estruturada em hipóteses, suposições e conjecturas, que sustentam as falas argumentativas ao analisar fatos e situações cotidianas, a partir de indícios e sinais comuns (PASCAL, 2000, p. 141), importantes como elos entre presente-passado-futuro.

Nesse sentido, as casas eruditas e as casas comuns ordinárias ocupam lugares distintos na historiografia goiana. O que justifica a importância de estudar as fontes documentais primárias por outros vieses capazes de organizar e revelar diferentes sentidos e significados, dos dados apresentados, como o que realizado no Quadro 1, que sintetiza de forma clara os inúmeros documentos e informações sobre as “Casa-Tipo”, existentes no livro de Monteiro (1938), mas também na pesquisa historiográfica proposta no item **Afinal, o que são as “casas-tipo”?**. Esses procedimentos são fundamentais para a historiografia da arquitetura, ao se fundamentar em sistemas metodológicos pautados pela operação historiográfica no que se “refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita”, (CERTEAU, 1982, p. 65), no campo da história, para estabelecer outras narrativas – e confrontar as narrativas dominantes estabelecidas e repetidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Aurélia Tâmisia Silvestre de. *Archimedes Memória: o futuro ancorado no passado*. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.proarq.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes/633/archimedes-memoria-o-futuro-ancorado-no-passado>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ALMEIDA, Lutero Proscholdt. *Dobras Deleuzianas, Desdobramentos de Lina Bo Bardi*. Considerações sobre “desejo” e o “papel do arquiteto” no espaço projetado. *Arquitextos*, n. 146, ano 13, 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4422>. Acesso em: 12 jun. 2021.

ALVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na epopeia de Goiânia: uma obra de engenharia nacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Jornal do Brasil, 1942.

ARGAN, Giulio Carlo. Sobre a tipologia em arquitetura. Bruxelas: Archives of Modern Architecture Editions, 1978. In: NESBITT, Kate. (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; SANDES, Noé Freire (org.). *A história escrita: percursos da historiografia goiana*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (Artes de fazer, v.1), (Morar, cozinhar, v.2)

CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital, uma estratégia de poder. *Cadernos do INDUR*, Goiânia, v. 2, p. 29-39, 1980.

CHAUL, Nasr N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1999. (Coleção Documentos Goianos, v. 17).

DAHER, Tania. *Goiânia: uma utopia europeia no Brasil*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o Barroco*. 1. ed. Campinas: Papirus, 2007.

DELEUZE, GILLES. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Campinas: Papirus, 2012.

DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935)*. Ideal estético e realidade política. 2007. 222 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2901>. Acesso em: 15 maio 2015.

LIMA, Atílio Correa. *Goiânia, a nova capital de Goiás*. Rio de Janeiro: Arquitetura e urbanismo, mar./abr., 1937.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida (org.). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cãnone Editorial: Ed. da UCG, 2007.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco*. São Paulo: EDUSP, 1997.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

OLIVEIRA, Simone Borges Camargo de. *Eurico Calixto de Godoi na Formação da Arquitetura Moderna em Goiânia: reflexão e esboço para catalogação*. 2016. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8645>. Acesso em: 1º out. 2016.

PASCAL, Ide. *A arte de pensar*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PEREIRA, Renata Baesso. Quatremère de Quincy e a ideia de tipo. *Revista de História da Arte e Arqueologia – RHAA*, n. 13, p. 55-77, jan./jul. 2010.

QUATREMÈRE DE QUINCY, A. C. Type. In: *Encyclopédie Methodique - Architecture*. Liège: chez Panckoucke, tome 3. Paris: Librairie d’Adrien Le Clère et C.ie, 1825.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Brasil. Linha de pesquisa: Ideias, saberes e escritas da (e na) história. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8588488977377568>. Parte deste artigo foi apresentada no exame de qualificação do PPGH-UFG – Brasil. O trabalho foi realizado com apoio da bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, n.

chamada/ano: 07/2018 Capes/Fapeg. Artigo foi publicado nos anais do 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro/RJ, 2021 – ANPUH-Brasil, e na Revista Diversidad De Las Culturas. Ciencias Sociales, Artes y Humanidades - Argentina... Brasil... Latinoamérica toda..., n° 2, Argentina, 2022.

<sup>2</sup> “[...] usar o conceito de ‘dobra’ do filósofo Gilles Deleuze como uma ferramenta de abordagem da arquitetura e urbanismo, que, por um lado, expõe uma arquitetura disciplinadora dos corpos, e por outro, uma arquitetura mesclada ao contexto do capitalismo e seus desejos. A dobra é um conceito que Deleuze retira de Leibniz, que por sua vez retira do Barroco. A dobra corresponde a um grau de instabilidade que o Barroco expressa, pois o Barroco é uma arte de crise (e não da crise), onde o ser humano é louco e impregnado de incerteza acerca de sua vida (MARAVALL, s/p.,1997). E assim como existem dobras gregas, góticas e românicas, a dobra barroca possui a particularidade de ir até o infinito. O Barroco, antes de tudo é um traço que vai ao infinito. “Sempre existe uma dobra na dobra, como também uma caverna na caverna. A menor unidade da matéria, o menor elemento, é a dobra, não o ponto, que nunca é uma parte, e sim uma simples extremidade da linha” (DELEUZE, 2007, p.13). Dessa forma, a dobra é dividida em dois momentos, dois andares, segundo análise de Leibniz (andar de cima e andar de baixo), ou dois lados, conforme análise de Foucault (dentro e fora). Em um primeiro momento temos a cidade como um território de dobras e caos, que vai de uma dobra até outra dobra, e em um segundo momento temos a seguinte questão: quem faz estas dobras? Pois assim como as dobras do oceano são conformadas pelas forças dos ventos, as dobras da cidade são dobradas por algo ou alguém, e, conseqüentemente, redobrada e desdobrada. Portanto, cabe explicitar que o espaço construído é apreendido de muitas formas, e ele ultrapassa qualquer interpretação reducionista que cristalice esse espaço em um modismo baseado em apenas uma teoria ou maneira de pensar.” (ALMEIDA, 2012, s/p.).

<sup>3</sup> “Classe A, a que detém os maiores recursos econômicos e é formada por grandes empresários, profissionais liberais, grandes comerciantes e fazendeiros, sem excluir a classe dos políticos. A classe B é formada pela classe média de pequenos comerciantes, funcionários públicos bem situados e profissionais liberais sem grandes recursos financeiros. A classe C é formada pelos empregados do comércio, operários e profissionais do nível médio. A classe D é formada pela população desempregada, sem registro de trabalho, sem formação profissional, que sobrevive do trabalho ocasional [...]” (DAHER, 2003, p. 260).

<sup>4</sup> “Foram construídas 10 casas-tipo, de preços variáveis para servirem de modelos às construções residenciais de Goiânia. [...] para servirem de modelo, tiveram um acabamento acima do nível médio de construções estimável para a cidade e incomparavelmente acima de quaisquer construções do Estado. [...] Seria inteiramente absurdo tomar-se como termo de comparação para se estabelecer o nível higiênico e arquitetônico das construções daqui, os prédios construídos até então no Estado. [...]” (MONTEIRO, 1938, p. 469).

<sup>5</sup> O ecletismo propriamente dito manifestava-se em dois partidos principais, os chamados ecletismo tipológico – ou Historicismo Tipológico, na terminologia de Luciano Patetta – e ecletismo sintético. O primeiro correspondia à eleição entre os vários estilos da melhor solução para cada tipologia de edifício, já o segundo combinava elementos de vários estilos em um único edifício, visando o aperfeiçoamento desses mesmos estilos (ALENCAR, 2010, p. 17-18).

<sup>6</sup> “Quatremère estabelece uma relação entre as etimologias dos termos tipo e caráter. “Tipo” deriva do termo grego *typos*, no sentido de gravar ou imprimir. Caráter, do grego *characteer*, traz o significado de marca e de traço distintivo (QUATREMÈRE DE QUINCY - Ver verbete Caráter no Capítulo 4). Na voz original, publicada na *Encyclopédie Methodique* (1825), é apresentada uma breve discussão sobre a relação entre os dois conceitos: um verdadeiro tipo possui caráter próprio, e este permanece impresso em sua forma. Cada um dos principais edifícios deve encontrar em sua destinação fundamental, nos usos que lhe concernem, um tipo que lhe é próprio. A arquitetura deve tender a se conformar, da melhor forma possível, a este tipo se quer imprimir, a cada edifício, uma fisionomia particular. É da confusão entre estes tipos que nasce a desordem tão comum que consiste em empregar indistintamente as mesmas ordenações, disposições e formas exteriores em monumentos destinados aos usos mais diversos. (QUATREMÈRE DE QUINCY. Tomo III, 1825, p. 545).” (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1825, p. 545 apud PEREIRA, 2010, p. 68).

<sup>7</sup> “Quatremère de Quincy fez uma definição precisa do “tipo” arquitetônico em seu dicionário histórico. A palavra “tipo”, diz ele, indica menos a imagem de alguma coisa a ser copiada ou imitada com perfeição do que a ideia de um elemento que deve servir de regra para o modelo [...]. O modelo, entendido como parte integrante da validação prática de uma arte, é um objeto a ser imitado pelo que é; o tipo, por outro lado, é uma coisa com relação à qual pessoas diferentes podem imaginar obras que não têm uma semelhança óbvia entre si. Tudo é perfeito e bem definido no modelo; no “tipo” tudo é menos vago. [...]” (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1825, apud ARGAN, 1978 apud NESBIT, 2008, p. 269).